

CONTRADIÇÕES DA MERITOCRACIA: ANÁLISE DE INDICADORES EDUCACIONAIS E SOCIAIS NO BRASIL

Evandro Ricardo Guindani¹
Fernanda Goulart Borges²
Yáscara Koga³

RESUMO

Em tempos de crise econômica, aumento do desemprego, onde as desigualdades sociais se tornam mais evidentes, a meritocracia se torna um elemento central no discurso que mascara as disparidades econômicas e combate reformas estruturais na sociedade. Diante de tal contexto, este texto busca contribuir com reflexões que possam apontar alguns elementos contraditórios do discurso meritocrático. O texto resulta de uma pesquisa que teve por objetivo analisar a relação entre indicadores econômicos e educacionais nos vinte e seis Estados brasileiros e Distrito Federal. Os resultados da análise demonstram que há uma grande relação entre rendimento escolar e realidade socioeconômica, questionando assim dois dos grandes pilares da meritocracia: a responsabilização e culpabilização do indivíduo pelo sucesso ou fracasso pessoal.

Palavras-chave: Meritocracia; Indicadores sociais; Indicadores educacionais

CONTRADICTIONS OF MERITOCRACY: ANALYSIS OF EDUCATIONAL AND SOCIAL INDICATORS IN BRAZIL

ABSTRACT

In times of economic crisis, rising unemployment, where social inequalities become more evident, meritocracy becomes a central element in the discourse that masks economic disparities and fights structural reforms in society. Given this context, this text seeks to contribute with reflections that can point out some contradictory elements of the meritocratic discourse. The text is the result of research that aimed to analyze the relationship between economic and educational indicators in the twenty-six Brazilian states and the Federal District. The results of the analysis demonstrate that there is a great relationship between school performance and socioeconomic reality, thus questioning two of the great pillars of meritocracy: the responsibility and blaming of the individual for personal success or failure.

Keywords: Meritocracy; Social Indicators; Educational Indicators

Recebido em 06 de maio de 2024. Aprovado em 30 de agosto de 2024

¹ Doutor em Educação e Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/RS

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/RS

³ Doutora em Educação e Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/RS

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa que buscou problematizar alguns pressupostos da meritocracia por meio de uma análise de indicadores sociais e educacionais dos Estados brasileiros e Distrito federal. A pesquisa está inserida no projeto “Ensino, cultura e realidade regional”, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Ensino, sociedade e meritocracia”. O discurso que defende a meritocracia como sinônimo de justiça, se apoia em uma lógica da responsabilização e culpabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso. Em muitos discursos no campo educacional, a meritocracia passa a ser vista como sinônimo de justiça, ou seja, se o aluno se esforça, estuda, se empenha, ele automaticamente terá êxito escolar. Geralmente o fracasso escolar é atribuído à falta de esforço do indivíduo, que conseqüentemente passa a ser merecedor de uma nota baixa. No nível econômico também percebemos essa lógica discursiva, ou seja, se o indivíduo conquista um sucesso financeiro, ele é merecedor dessa riqueza porque lutou para consegui-la. Segundo essa concepção, o mérito é do indivíduo, e você deve desfrutá-lo dessa riqueza com a consciência tranquila de que tudo isso é justo e digno de merecimento.⁴ O objetivo da pesquisa foi portanto analisar a relação entre um indicador econômico, o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e alguns indicadores educacionais tais como taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono. Os indicadores educacionais foram coletados nas bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (BRASIL, 2020), os índices do PIB foram retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2020b) e o IDH-M do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2020).

Enquanto metodologia e recorte da pesquisa, a análise se deteve nos indicadores acima citados dos Estados brasileiros e Distrito Federal no ano de 2019. Num primeiro momento abordaremos uma reflexão sobre o conceito de meritocracia e sua relação com o campo educacional por meio de alguns autores tais como: Bourdieu (1998), Dubet (2008) e Lahire (2004). Num segundo momento apresentaremos algumas pesquisas dos autores, que contemplam análise de indicadores sociais e educacionais. Deste segundo momento partiremos para o terceiro e último momento com a apresentação e análise dos dados provenientes da a relação entre o PIB, IDH-M e indicadores educacionais do ensino fundamental.

A meritocracia e a educação

Ao consultarmos a palavra meritocracia em um dicionário da língua portuguesa temos as seguintes afirmações: “modo de seleção cujos preceitos se baseiam nos méritos pessoais daqueles que participam” (DICIO, 2022). Para o mesmo termo, o Dicionário ainda destaca: “predominância dos que possuem méritos; que são mais competentes, eficientes, trabalhadoras ou superiores intelectualmente, numa empresa, grupo, sociedade...”. Fica evidente que a palavra se refere a qualidades individuais daquele que almeja e alcança uma determinada conquista. Neste termo parece haver uma relação intrínseca entre mérito pessoal e merecimento, justiça. Uma relação entre esforço pessoal e premiação, reconhecimento.

⁴ Para aprofundamento dessa reflexão acerca da relação entre sucesso, fracasso e meritocracia, indicamos a leitura do livro: O novo sucesso: uma crítica à meritocracia (GUINDANI; KOGA, 2022)

Na sociedade ocidental, a meritocracia passa a ser vista como sinônimo de justiça, ou seja, se você é rico, você é merecedor dessa riqueza porque você lutou para consegui-la. Segundo essa ideologia, o mérito é seu e você deve desfrutá-lo dessa riqueza com a consciência tranquila de que tudo isso é justo e digno de merecimento. Diante disso pergunta-se: como se deu a construção e legitimação da meritocracia na nossa sociedade? Ao analisar a cultura ocidental, Koga (2013), afirma que os países colonizados pelos europeus como o Brasil, foram determinados moral e intelectualmente por princípios religiosos, políticos e econômicos provenientes do cristianismo e do liberalismo. Para a autora, a concepção do sacrifício e labuta individual, como condição para se atingir a salvação e o sucesso, no mundo terreno e celestial, tornaram-se um grande modelo que embasou a cultura econômica, política e educacional do ocidente. A autora, ao fazer uma análise sobre as ideias de John Locke (1632-1704) acerca da legitimação da propriedade privada, afirma que é possível entender como a dimensão religiosa e econômica se unem na legitimação da ideia do mérito individual. A filósofa Chauí (2003), entende que Locke compreendia que Deus criou todos os homens iguais e deu a eles uma vocação de trabalhar para conquistar a propriedade privada e individual. A partir dessa concepção liberal, segundo Chauí, os pobres que não se tornam ricos bem-sucedidos e proprietários, são considerados fracassados. Além disso passam a ser responsabilizados pelo seu fracasso. E como justificativa para esse fracasso, atribuem-se a eles o defeito da preguiça. Dentro dessa concepção, os pobres foram incompetentes e não trabalharam o suficiente para conseguir uma propriedade. Diante disso, “o burguês acredita que é proprietário graças ao seu próprio trabalho” (CHAUI, 1996, p. 375). Ao analisarmos essas reflexões de Chauí, percebemos como se deu a construção de um fundamento ideológico que contribui para sustentar e legitimar o capitalismo no mundo europeu ocidental.

Koga (2013), ainda nos ajuda a entender que nesse constructo ideológico, legitima-se a ideia de que a riqueza é diretamente resultante do trabalho e esforço individual. Há uma correlação muito profunda e indissociável entre o conceito de sacrifício e sucesso. Um outro autor que ilustra isso é Cunha (1979, p. 31), quando o mesmo reflete sobre a doutrina liberal. Para o autor, se a doutrina liberal repudia qualquer privilégio decorrente do nascimento e sustenta que o trabalho e o talento são os instrumentos legítimos de ascensão social e de aquisição de riquezas, “qualquer indivíduo pobre, mas que trabalha e tenha talento, pode adquirir propriedade e riquezas”. O que vemos surgir com muita ênfase é a ideia de que a propriedade privada vai adquirindo uma aura sagrada no mundo ocidental. Ela vai sendo legitimada não apenas por uma teoria econômica, mas também por meio de um discurso vinculado à religião que se apoia em uma autoridade divina.

Koga (2013) nos faz compreender que o conceito de mérito vai adentrando em muitas dimensões da sociedade e estruturando-se como um importante elemento justificador das disparidades econômicas e sociais entre as pessoas e nações. Daí a importância, segundo a autora, de sempre compreendermos a lógica econômica e as ideologias que determinam e direcionam as concepções educacionais. Para a autora, quando adentramos na esfera educacional do ocidente, nos deparamos com o princípio do mérito aliado ao cristianismo no campo educacional, que possui suas bases na *Ratio Studiorum*⁵ jesuítica. Bittar (2011), a partir dos seus estudos, considera

⁵ No ano de 1599, a Companhia de Jesus editou a chamada *Ratio Studiorum*, a qual seria equivalente a um plano de estudos que passou a fazer parte do planejamento pedagógico de todos os colégios. De acordo com Bittar (2011), esse plano de estudos é composto de um conjunto de regras destinadas a uniformizar horário de aula, currículo e método de ensino, regulamentando todo o sistema escolar jesuítico

que a *Ratio* estimulava a competição entre os alunos por meio da disputa oral dos conteúdos, premiando os alunos vencedores, estimulando a capacidade de argumentação fundamentada nos filósofos gregos.

Na concepção de Koga (2013), os termos: competição, mérito, fracasso, culpabilização e responsabilização individual, compõem faces desse objeto, permeando o contexto educacional. Sedimentada e legitimada historicamente, a lógica meritocrática continua hoje sendo reforçada em instituições de ensino. Koga apresenta o exemplo de Henry Ford como alguém que também se utilizava desse instrumento quando defendia a ideia de que o sucesso no mundo do trabalho surge pelo enfrentamento individual das adversidades, utilizando-se de exemplos concretos na sua fábrica:

O gerente da fábrica começou como maquinista. O diretor da grande fábrica de River Rouge começou como modelador. O chefe de uma das nossas seções mais importantes entrou como varredor. Não há na empresa um homem que não tenha vindo da rua. Tudo o que temos realizado vem de homens que se fizeram em nossa fábrica, impondo-se unicamente pela sua capacidade. (FORD, 1954 *apud* KOGA, 2013).

Ao analisar essa afirmação de Ford, Koga (2013) considera que além de associar o sucesso profissional ao esforço pessoal, ele também defendia que o reconhecimento monetário deve coroar esse esforço. Segundo ele, “é preciso que os homens realizem um máximo de trabalho para terem um máximo de salário” (FORD, 1954 *apud* KOGA, 2013, p. 92). Nesta visão, o reconhecimento pelo mérito estimula e induz o trabalhador a dar o máximo de si, ou seja, está implícita a ideia de um esforço sempre superior. Aliado a isso, na concepção neoliberal, de acordo com Rummert (2000, p. 105), apregoa-se a ideia de que o trabalhador vive um novo momento histórico, o qual lhe oferece nova identidade que o valoriza, “trazendo-o para o centro do cenário produtivo, como elemento fundamental e, mesmo, como ator principal”. Para Koga (2013, p. 43), segundo este autor, a estrutura dos novos sistemas produtivos “confere poder ao trabalhador, colocando-o na posição de dominador das máquinas e dos processos”. Constrói-se um paradigma de um trabalhador livre que pode — dispondo de seus próprios conhecimentos — “construir uma trajetória pessoal de êxitos, em aliança com o capital”. Koga, concordando com Rummert (2000), ressalta que se busca valorizar o empenho pessoal e a capacidade de enfrentar e vencer os desafios, uma atitude que deve ser incorporada como uma prática que passará a ser vivenciada no cotidiano.

Koga (2013) compreende que essa contextualização nos possibilita entender como a sobrevivência de um sistema econômico está diretamente vinculada à lógica meritocrática, e como a incorporação dessa lógica, assume um papel fundamental na — necessária — despolitização e alienação dos trabalhadores. Dubet (2008) compreende que a palavra mérito está no centro do projeto republicano sob o reino da liberdade, da integração social, da educação do povo, da defesa da cultura burguesa.

Historicamente, no campo educacional, os alunos sempre foram premiados e penalizados pelas suas notas. Era muito comum presenciar cenas em que os professores fixavam nas paredes das salas de aula um ranking de alunos com as notas obtidas em avaliações. A educação acabava reproduzindo (BOURDIEU; PASSERON, 1970) as desigualdades sociais dentro da sala de aula.

A meritocracia no campo educacional não pode ser critério de justiça, concepção esta que pode contribuir para o aumento da exclusão social e o

mascamamento dos reais determinantes para o rendimento escolar, conforme apontam os estudos e pesquisas apresentados a seguir.

O contexto socioeconômico e o rendimento escolar

Neste item serão apresentados algumas pesquisas e relatos de experiências no campo do ensino básico e superior que revelam alguns aspectos que demonstram as contradições da meritocracia, demonstrando como ela pode fomentar e aumentar a injustiça e exclusão no espaço educacional.

Ao se fazer um aprofundamento em estudos sociológicos e históricos consegue facilmente se conseguir perceber como a ideologia da meritocracia utilizada para justificar a desigualdade de renda é falaciosa. Em uma pesquisa desenvolvida por Guindani *et al.* (2017) foi possível verificar que melhores condições econômicas correspondem a maiores oportunidades de sucesso. A pesquisa teve por objetivo analisar a relação entre indicadores educacionais e sociais em dois grupos de municípios gaúchos, sendo um grupo localizado na região serrana do Estado com melhores índices de desenvolvimento humano e menores índices de pobreza e outro grupo na região periférica, chamada fronteira oeste. Esse segundo grupo é composto por municípios com menor índice de desenvolvimento humano e maior índice de pobreza em relação aos anteriores.

Em uma análise comparativa entre as regiões (fronteira e serra), os autores destacam vários apontamentos, o primeiro deles refere-se ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em que a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79, já na região serrana (mais rica) essa média sobe para 4,42. Os autores também revelam que, dentre os dez municípios com maior percentual de pobreza, estão os sete municípios com os piores IDEBs. Dentre os doze municípios com os melhores IDEBs, nove deles possuem os menores percentuais de pobreza.

Esta análise aponta que a melhoria dos índices educacionais, e consequentemente do rendimento escolar dos alunos depende de uma melhor distribuição de renda, diminuição da pobreza e melhoria do desenvolvimento humano como um todo. Paralelo a isso, a análise demonstra uma situação mais desfavorável da região da fronteira em relação à região serrana e central do estado. Com uma desigualdade de renda elevada, maiores índices de pobreza bem como piores IDHs, a região da fronteira também detém os piores indicadores educacionais.

Em outra pesquisa realizada por Guindani *et al.* (2019), ficou explícito como a realidade social e familiar dos alunos possui estreita relação com o rendimento escolar. Os pesquisadores realizaram uma análise minuciosa do perfil socioeconômico de dois alunos de uma escola pública, moradores do mesmo bairro e pertencentes à mesma turma, o oitavo ano do ensino fundamental. A conclusão da pesquisa revelou que a aluna pertencente a uma família mais vulnerável economicamente, com o pai preso e a mãe trabalhadora informal, foi aquela que apresentou as menores notas no decorrer do ano letivo. O aluno pertencente a uma família mais privilegiada economicamente, com pais mãe trabalhadores formais, apresentou melhores notas no ano letivo. A pesquisa foi baseada na teoria das configurações familiares de Lahire (2004) e na teoria do capital cultural de Bourdieu (1998). Os resultados dessa pesquisa contribuem para a problematização da lógica da culpabilização direcionada para o aluno, a qual desconsidera um contexto sociológico mais amplo em que o mesmo está inserido. Os autores, também relacionam os resultados com o conceito de “mérito” (Dubet, 2008), em que o esforço

pessoal é visto como o principal recurso e meio de alcançar um bom rendimento escolar. Numa concepção meritocrática, o aluno que tem boas notas passa a ser visto como detentor de um dom, inteligente e dedicado, raciocínio este que justifica e ofusca o papel determinante do contexto social e cultural no espaço escolar.

Como este texto apresenta uma análise de indicadores, cabe aqui apresentar uma outra contribuição proveniente de um estudo que objetivou analisar a relação entre escolas de uma mesma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Ao se debruçarem sobre a realidade das escolas municipais de São Borja-RS, Guindani & Guindani (2020) identificaram uma total relação entre os indicadores educacionais e a realidade socioeconômica, demonstrando que escolas localizadas na região central da cidade e na zona rural, possuem melhores indicadores do que escolas localizadas na região periférica da cidade que atende um público mais vulnerável economicamente. A referida pesquisa analisou indicadores de distorção idade-série, reprovação, abandono e índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) de todas as escolas municipais de ensino fundamental (anos finais). Com relação aos índices acima citados, verifica-se uma constante, ou seja, uma escola localizada na região central da cidade possui as menores taxas de distorção, reprovação e abandono, enquanto que as maiores taxas estão entre as três escolas mais periféricas da cidade.

Essa pesquisa contribui para questionar o modelo meritocrático de avaliação. Ela serve como subsídios para o poder público municipal pensar políticas sociais mais amplas que possam amenizar a desigualdade social no município. De acordo com os autores, escolas situadas na periferia não podem ser avaliadas da mesma forma que escolas da região central. Paralelo a isso, os mesmos apontam que se devem evitar quaisquer formas de culpabilização de gestores e professores pelo desempenho escolar dos alunos nessas escolas.

A relação entre contexto socioeconômico e educação no Brasil

Apresentamos neste momento os resultados da pesquisa propriamente dita que teve como objetivo analisar a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e alguns indicadores educacionais tais como taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono.

Inicialmente apresentamos uma tabela contendo o PIB de cada Estado brasileiro numa ordem decrescente.

Tabela 1 – PIB dos Estados brasileiros e Distrito Federal

ESTADO	PIB 2019 (R\$1.000.000,00)
São Paulo	2.348.338
Rio de Janeiro	779.928
Minas Gerais	651.873
Rio Grande do Sul	482.464
Paraná	466.377
Santa Catarina	323.264
Bahia	293.241

Distrito Federal	273.614
Goiás	208.672
Pernambuco	197.853
Pará	178.377
Ceará	163.575
Mato Grosso	142.122
Espírito Santo	137.346
Mato Grosso do Sul	106.943
Amazonas	108.181
Maranhão	97.340
Rio Grande do Norte	71.337
Paraíba	67.986
Alagoas	58.964
Piauí	52.781
Rondônia	47.091
Sergipe	44.689
Tocantins	39.356
Amapá	17.497
Acre	15.630
Roraima	14.292

Fonte: IBGE (BRASIL, 2020b)

Numa primeira análise do *ranking* é possível observar que dentre 26 Estados e Distrito Federal, os seis primeiros Estados com o maior PIB estão localizados na região sul e sudeste do país. Os dez Estados com o menor PIB estão todos localizados na região Norte e Nordeste do país.

Na segunda tabela apresentamos a relação entre o PIB e o IDH dos Estados e Distrito Federal. Na primeira e segunda coluna, as unidades da federação são apresentadas por ordem decrescente em relação ao IDHM. Na terceira coluna consta a posição de cada unidade em relação ao *ranking* do PIB. Na quarta coluna, a região a qual pertencem.

Tabela 2 – IDHM e PIB dos Estados brasileiros e Distrito Federal

ESTADO	IDHM	RANKING QUANTO AO PIB	REGIÃO
Distrito Federal	0,850	8°	CENTRO OESTE
São Paulo	0,826	1°	SUDESTE
Santa Catarina	0,808	6°	SUL
Rio de Janeiro	0,796	2°	SUDESTE
Paraná	0,792	5°	SUL

Rio Grande do Sul	0,787	4°	SUDESTE
Minas Gerais	0,787	3°	SUL
Mato Grosso	0,774	13°	CENTRO OESTE
Espírito Santo	0,772	14°	SUDESTE
Goiás	0,769	9°	CENTRO OESTE
Mato Grosso do Sul	0,766	15°	CENTRO OESTE
Roraima	0,752	27°	NORTE
Tocantins	0,743	24°	NORTE
Amapá	0,740	25°	NORTE
Ceará	0,735	12°	NORDESTE
Amazonas	0,733	16°	NORTE
Rio Grande do Norte	0,731	18°	NORDESTE
Pernambuco	0,727	10°	NORDESTE
Rondonia	0,725	22°	NORTE
Paraíba	0,722	19°	NORDESTE
Acre	0,719	26°	NORTE
Bahia	0,714	7°	NORDESTE
Sergipe	0,702	23°	NORDESTE
Pará	0,698	11°	NORTE
Piauí	0,697	21°	NORDESTE
Maranhão	0,687	17°	NORDESTE
Alagoas	0,683	20°	NORDESTE

Fonte: IBGE (BRASIL, 2020b); PNUD (2020)

Analisando a Tabela acima, é possível observar que dentre os dez primeiros colocados no ranking do IDH também estão os oito que apresentam os maiores PIBs. Todas essas unidades da federação também estão localizadas em três regiões brasileiras: sul, sudeste e centro oeste. Os quinze Estados com o menor IDH estão todos localizados nas regiões norte e nordeste. Um dado que merece uma análise mais aprofundada é em relação ao Estado da Bahia, que mesmo ocupando a sétima posição no *ranking* do PIB, ocupa também ocupa a 22ª posição no *ranking* do IDH. Podemos levantar algumas hipóteses a partir de outros indicadores, como por exemplo, a razão entre os 10% mais ricos e 40% mais pobres. Neste indicador, a Bahia ocupa o maior índice dentre todas as unidades da federação, sendo 23,80 (PNUD, 2020). Cabe destacar que este indicador mede o grau de desigualdade que existe na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. O indicador resulta de uma comparação entre a renda média dos indivíduos que pertencem a um décimo mais rico da com a renda média dos indivíduos inclusos entre os quatro décimos mais pobres. A hipótese resultante da análise desses indicadores é de que o Estado da Bahia possui uma forte concentração de renda, ou seja, seu elevado PIB pode estar concentrado entre uma elite econômica.

A tabela abaixo, de número três, apresenta, além do PIB e IDH, os indicadores educacionais de distorção idade-série, reprovação e abandono referente ao ensino fundamental das escolas públicas estaduais. Os Estados estão apresentados por ordem decrescente de acordo com o PIB.

Tabela 3 – PIB, IDHM, Distorção, Reprovação e Abandono dos Estados brasileiros e Distrito Federal

ESTADO	PIB 2019 (R\$ 1.000.000,00)	IDHM 2017	DISTORÇÃO 2019	REPROVAÇÃO 2019	ABANDONO 2019
São Paulo	2.348.338	0,826	9,3	2,4	0,7
Rio de Janeiro	779.928	0,796	45,2	15,5	3,3
Minas Gerais	651.873	0,787	12,9	7,2	1,1
Rio Grande do Sul	482.464	0,787	23,7	11,9	1,2
Paraná	466.377	0,792	18,8	7,5	1,0
Santa Catarina	323.264	0,808	23,7	11,3	0,5
Bahia	293.241	0,714	46,1	17,8	3,5
Distrito Federal	273.614	0,850	18,5	6,7	1,1
Goiás	208.672	0,769	18,9	3,4	1,0
Pernambuco	197.853	0,727	26,9	6,0	0,8
Pará	178.377	0,698	35,4	11,4	3,1
Ceará	163.575	0,735	27,4	5,7	2,6
Mato Grosso	142.122	0,774	8,4	5,6	1,1
Espírito Santo	137.346	0,772	25,7	8,0	0,6
Mato Grosso do Sul	106.943	0,766	28,1	8,4	2,2
Amazonas	108.181	0,733	17,4	5,3	2,0
Maranhão	97.340	0,687	38,1	7,1	3,1
Rio Grande do Norte	71.337	0,731	32,5	15,5	2,9
Paraíba	67.986	0,722	34,3	14,9	4,0
Alagoas	58.964	0,683	31,5	6,6	2,5
Piauí	52.781	0,697	33,9	10,6	2,9
Rondonia	47.091	0,725	22,1	5,4	1,7
Sergipe	44.689	0,702	37,2	17,0	2,2
Tocantins	39.356	0,743	26,6	8,3	2,0
Amapá	17.497	0,740	33,1	11,9	2,8
Acre	15.630	0,719	23,3	4,6	2,2
Roraima	14.292	0,752	26,4	7,1	3,4

Fonte: IBGE (BRASIL, 2020b); PNUD (2020); BRASIL (2020)

Ao iniciar a análise observa-se que os 10 piores índices de distorção idade-série, reprovação e abandono, 09 estão nas regiões norte e nordeste. Um único Estado não pertence às duas regiões, Rio de Janeiro (sudeste).

Com relação aos dez índices mais altos de reprovação no ensino fundamental, sete deles pertencem aos Estados da região norte e nordeste. Quanto ao índice de abandono escolar, dos 10 estados que possuem os mais altos índices, nove estão nas regiões norte e nordeste.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019 (BRASIL, 2020), referente aos anos finais do ensino fundamental das escolas estaduais, percebe-se que os dez Estados com os melhores índices, apenas dois estão nas regiões norte e nordeste, seis pertencem às regiões sul e sudeste e dois à região centro oeste.

O que esses dados nos revelam? Revelam as contradições do discurso meritocrático. Demonstram que uma criança nascida em um Estado com menor PIB e menor IDH não possui as mesmas condições de aprendizagem de uma criança proveniente de um Estado mais privilegiado economicamente. Esta análise dos Estados brasileiros corrobora com a pesquisa realizada por Guindani *et al.* (2017) dentro do Estado do Rio Grande do Sul sobre as disparidades regionais. Essas pesquisas contribuem para desmistificar o discurso meritocrático que muitas vezes assume a função de legitimar o conservadorismo e a manutenção da desigualdade social. Conforme apontou Koga (2013), a ideia do mérito assume um papel justificador das disparidades e desigualdades econômicas tanto entre pessoas como nações, aqui nessa pesquisa, entre os Estados brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas essas pesquisas que apresentam uma análise dos indicadores apontam para uma reflexão em torno das políticas educacionais que buscam promover uma melhoria na qualidade do ensino. A indissociabilidade entre realidade social e rendimento escolar demonstra que há uma grande complexidade a ser enfrentada por gestores públicos quando se pretende alcançar melhores índices de qualidade educacional.

A análise contribui para questionar o modelo meritocrático de avaliação. Os dados também servem como subsídios para os governos pensarem políticas sociais mais amplas que possam amenizar a desigualdade social e corrigir disparidades regionais no país. A análise desses indicadores também contribuir para uma reflexão acerca da avaliação em larga escala. Ideb e outros indicadores podem contribuir para a culpabilização de gestores escolares, sendo que a correlação entre indicadores demonstra que escolas situadas em regiões economicamente mais vulneráveis não podem ser avaliadas da mesma forma que escolas localizadas em regiões economicamente mais privilegiadas.

Um outro fator a ser destacado é que diante da crise de um sistema econômico renova-se o discurso de dominação e da busca de bodes expiatórios para a crise. O primeiro elemento que fortemente passa a compor esse bode expiatório é o indivíduo e sua capacidade de superação da crise, que deve se dar por meio da busca por qualificação profissional. Se constroem discursos enaltecendo que qualidades individuais como talento, criatividade e caráter inovador são as responsáveis diretas pela possibilidade do indivíduo conquistar um espaço nesta sociedade em crise. No caso da educação esse indivíduo é o professor e o aluno que juntos devem ser os responsáveis pela melhoria da qualidade do ensino. Corroborando com essa lógica é

que muitos governos lançam premiações com o objetivo de despertar essas habilidades individuais. A realidade dos indicadores porém demonstra que o problema é estrutural.

Ao discorrer sobre o problema da qualidade na educação ou também acerca do discurso que atribui à educação uma função de catalizadora de mudanças sociais, Dourado (2007) reforça que o desafio está em conferir ao termo qualidade educacional, uma conotação sócia histórica, que não esteja reduzida apenas à questão do rendimento escolar. Na perspectiva do autor, pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação com a melhoria das condições de vida e de formação da população. Assim sendo, a melhoria da qualidade da educação brasileira estará envolta em princípios, que são técnicos e políticos, ou seja, passa também pela produção e implementação de ações mais estruturais. Ações estas voltadas à distribuição de renda e políticas de inclusão social que promovam condições de melhoria educacional.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. Colégios e regras de estudo no sistema jesuítico de educação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [s. l.], n. 31, 4 jun. 2013. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/147>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71–79.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Indicadores educacionais 2019. Brasília-DF. 2020

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produto Interno Bruto – PIB. Rio de Janeiro: IBGE. 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> . Acesso em out.2020.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996

CUNHA, Luis A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 27/10/2022

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. P.940

DUBET, François. **O que é uma escola justa?:** A escola das oportunidades. Tradução de Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

FORD, Henry. **Os princípios da prosperidade**. Rio de Janeiro: Brand, 1954.

GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara. **O novo sucesso:** uma crítica à meritocracia. Curitiba-PR: Appris Editora. 2022

GUINDANI, Evandro R.; GUINDANI, Yáscara M. N. K.; SCHNEIDER, Maiquel. J. As políticas educacionais e o rendimento escolar: um estudo de caso numa escola municipal de São Borja-RS. **Revista da Faculdade de Educação**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 79–99, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3931>. Acesso em: 22 out. 2021.

GUINDANI, Evandro R; GUINDANI, Yáscara. A rede pública municipal de educação: análise de Indicadores Educacionais no município de São Borja-RS. In: COLVERO, R; JOVINO, D; PANIAGUA, E. **Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades 4**. São Borja-RS. Universidade Federal do Pampa. Unipampa: Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2020

GUINDANI, Evandro R.; KOGA, Yáscara M. N.; NASCIMENTO, Sandro B. H. G. do. Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul: análise de indicadores sociais e educacionais. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 7, n. 20, p. 178–186, ago. 2017. ISSN 2237-258X. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/15229>. Acesso em: 2 nov. 2021.

KOGA, Yáscara. **Meritocracia e docência:** um objeto multifacetado. 2013. 237 p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares:** As razões do improvável. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. 2ª impressão.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília-DF: Organização das Nações Unidas. 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em out.2021

RUMMERT, Sonia. **Educação e identidade dos trabalhadores:** as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.